

A INFLUÊNCIA DO MACHISMO NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER

TÂNIA ROCHA ANDRADE CUNHA¹

JACQUELINE MEIRELES VALIENSE²

Resumo

Este trabalho tem por objetivo central analisar as condições de vida das mulheres na sociedade atual, especialmente no que tange a influência do machismo na violência de gênero perpetrada em face das mulheres e a relação com a desigualdade de gênero. Para tanto, pretendemos discutir e analisar as flagrantes formas de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, perpetradas pelos homens contra as mulheres na contemporaneidade e a influência que a ideologia patriarcal ainda exerce na validação desse comportamento machista e autoritário, arraigado na estrutura social. Levando em conta essa realidade e apoiadas em aportes teóricos sobre a questão, o presente trabalho trata-se de um estudo exploratório, descritivo e de caráter qualitativo. Quanto às fontes, a pesquisa será bibliográfica e documental. Este trabalho possui o objetivo de compreender a história da cultura patriarcal e a sua intervenção na construção da identidade masculina, que ao implantar a ideologia machista e a masculinidade hegemônica, mantém as mulheres, até os dias atuais, em uma posição de subjugação e de inferioridade em relação ao homem.

Palavras chaves: Machismo. Violência de gênero. Mulher.

Introdução

A exploração do homem pelo homem é uma das fontes originárias da desigualdade existente entre os sexos. O sistema patriarcal, que ainda mantém seus tentáculos na sociedade contemporânea, dita modelos comportamentais tanto para homens quanto para mulheres, considerando a virilidade e a honra como marcadores da identidade masculina e a docilidade e a submissão como elementos formadores da identidade feminina. A existência de uma posição de superioridade do homem em relação à mulher, ainda que irreal é reproduzida pela memória social e reverbera em toda sociedade ocidental reduzindo a importância e as potencialidades do sexo feminino.

Dessa forma, concentramos esforços em abordar, ainda que de forma sucinta, a construção da ordem patriarcal e a sua estreita ligação com a formação

¹ Socióloga, Doutora em Ciências Sociais pela PUC - SP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória, Língua e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Vitória da Conquista -Bahia, Brasil. E-mail: tania.rochandrade@gmail.com

² Advogada, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Língua e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Memória: Língua e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Vitória da Conquista - Bahia, Brasil. E-mail: jacqueline.meireles@hotmail.com

da identidade masculina, a partir de uma perspectiva do poder representada por meio do machismo e da masculinidade sob o traço hegemônico. As reflexões sobre o machismo e a masculinidade se originam a partir da relação de poder exercida pelo masculino.

Os estudos sobre masculinidades ainda estabelecem o debate sob o viés da construção essencialista das categorias sexistas, as hierarquizações sociais e, por fim, a violência voltada tanto para a mulher quanto para o próprio homem, que também é violentado e violado na construção da sua identidade, pelo machismo. Nessa perspectiva percebe-se a imagem do homem adoecido pelo fato de ser homem.

As discussões de gênero abarcam tanto a feminilidade quanto a masculinidade, assim, a abordagem teórica sobre o estudo da identidade masculina merece um olhar sócio-histórico-cultural para melhor entendimento científico das características específicas que as diferenciam da identidade feminina. A identidade masculina se constrói, fundamentalmente, para a formação de um ser viril, forte, dominador, provedor, controlador e heterossexual.

Em termos metodológicos, o presente artigo trata-se de um estudo exploratório, descritivo e de caráter qualitativo.

Desenvolvimento

Para compreensão da formação do homem e do machismo na sociedade é preciso entender o sistema patriarcal e o papel que o homem exerce nesse sistema uma vez que o mesmo implica na desigualdade entre os sexos, promovendo a concentração de poderes e privilégios nas mãos dos homens, considerados o sexo superior, em detrimento da mulher.

Segundo Engels (1979), a grande derrota do sexo feminino no plano histórico universal ocorreu a partir do momento em que a sucessão gentílica e hereditária matrilinear foi substituída pela patrilinear. Esta derrota trouxe consigo a repressão sexual da mulher, fundamentada na preocupação de garantir a legitimidade dos filhos, como assevera Engels:

A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. O primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 1979, p.70).

Nesse novo cenário das relações entre os sexos, foi estabelecida a família monogâmica, assentada no domínio masculino que tinha como objetivo primordial, procriar os filhos cuja paternidade fosse indiscutível, uma vez que estes filhos seriam os herdeiros do patrimônio paterno.

O homem, agora conhecedor de sua força física para desenvolver as atividades necessárias para a preservação do grupo e consciente do seu papel no ato da fecundação, partiu em busca de novas descobertas como a agricultura e a criação de animais, fixando-se num determinado território.

Nesse contexto de dominação masculina firma-se a nova ordem patriarcal. Nela, a função e a imagem da mulher foram se restringindo ao ambiente doméstico e a naturalização desse processo sociocultural trouxe a legitimidade do poder do homem em desfavor da mulher.

Como salienta Saffioti (1979, p. 11): “quando se afirma que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história”.

O conceito de patriarcado surgiu com a função de denominar um sistema de organização familiar, no qual, o pai, reconhecido como o chefe da família possuía poder irrestrito sobre os membros desse grupo, mas, na concepção feminista, o patriarcado surge para representar as relações desiguais entre homens e mulheres.

Para Saffioti (2004, p. 54), trata-se de um sistema de organização das relações sociais baseado em critérios de divisões desiguais de tarefas entre homens e mulheres que “do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado”.

Essa desigualdade entre os sexos foi uma questão discutida por muitos filósofos dentre os quais podemos citar Rousseau, filósofo que, ao tratar sobre a desigualdade entre homens e mulheres, afirmava que a natureza humana, de uma forma ou de outra, determinara que as mulheres devessem ser subordinadas ao homem.

Portanto, se o homem era criado para a liberdade e independência, à mulher era destinado o papel de um ser passivo, recatado e dependente. Para Aquino de Souza (2015, p.153): “Rousseau não deixa dúvida de que defende a completa dependência da mulher em relação ao homem e afirma que a

dependência constitui a condição natural das mulheres”.

No sistema patriarcal, a desigualdade entre homens e mulheres se desdobra provocando diversos conflitos nas relações afetivas que aos poucos se transformam em graus diferentes de violência contra a mulher.

Dessa forma, atribuiu-se ao corpo feminino a maternidade, o ato de procriar e amamentar e ao corpo masculino, o pensamento lógico, racionalidade, o desenvolvimento, estabelecendo-se assim, as desigualdades entre os sexos, vistas como normais e fruto da natureza de cada um (BADINTER, 1993).

De acordo com Saffioti (1992, p.186), “esta dicotomização entre a natureza e a cultura constitui a base do conceito de sistema do sexo/gênero”. Essa divisão foi fundamental para a efetivação das relações de poder assimétricas entre o homem e a mulher, estabelecendo a sujeição/submissão desta em detrimento daqueles, configurando o patriarcado como padrão dominante da relação entre os dois gêneros.

Para Pateman (1993), apesar do exercício do patriarcado se configurar predominantemente nas relações privadas, familiares e íntimas, esse sistema também se personifica nas atividades públicas, no espaço laboral e de lazer, fora do âmbito familiar.

Dessa forma, para a autora as mulheres são condenadas ao espaço doméstico e, por consequência, excluídas da vida política, dividindo a sociedade em duas esferas, a pública e a privada.

As feministas apontam que o patriarcado vem sendo sustentado até os dias atuais (SAFFIOTI, 2004). Castells (1999, p. 278), por sua vez, após examinar dados de dezenas de sociedades dos cinco continentes afirma que “o patriarcalismo dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passando bem”.

O regime patriarcal produz um efeito destrutivo e conflituoso, legitima comportamentos negativos do homem que reforçam a violência, a desigualdade de gênero e a invisibilidade da mulher. A negação do feminino, materializada através da misoginia, transfobia, preconceito, agressão e medo advém da dominação do homem, que coloca a mulher em um lugar de subalternidade, regado pelo ódio e pela violência representadas pela falta da liberdade da de ir e vir, de expor suas opiniões, de ser ouvida, de vestir-se, de ser reconhecida profissionalmente e de se expor.

Assim, refletir sobre a igualdade de gênero e sobre possibilidade de

dissolução da hierarquia entre os sexos, oriunda do patriarcado que transformou o homem em um ser autoritário e machista é o caminho para a construção de uma nova concepção de homem: mais humano, aberto, sensível e afetuoso.

Considerado como um conjunto de problemas postos por um domínio do pensamento e ideal social, o machismo pode ser explicado através da ideia de que o homem é superior à mulher. Uma construção social originada por representações simbólicas que levam os indivíduos a crerem nessa afirmação. Assim, o machismo nada mais é do que uma farsa advinda de uma relação desigual de dominação e submissão da mulher ao homem.

O traço da violência forjada por meio da subjugação da mulher transforma as relações humanas sob o aspecto afetivo, social e de gênero. Segundo Daudoun (1998, p. 8), o poder exercido pelo sexo masculino é uma “característica [...] primordial, essencial, e até mesmo constitutiva de seu ser, a saber: a violência”.

Na perspectiva de Welzer-Lang (2001), o masculino é, ao mesmo tempo, submissão ao modelo e obtenção de privilégios:

(...) a educação dos meninos nos lugares monossexuados (pátios de colégios, clubes esportivos, cafés..., mas mais globalmente o conjunto de lugares aos quais os homens se atribuem a exclusividade de uso e/ou de presença) estrutura o masculino de maneira paradoxal e inculca nos pequenos homens a idéia de que, para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres. (WELZER-LANG, 2001, p. 462).

A naturalização da condição de subjugação da mulher, advinda do sistema patriarcal, consagra, simultaneamente, a supremacia masculina e a formação da identidade do homem que se posiciona como superior e autoritária em relação à mulher. Desse modo, essas prescrições comportamentais são ditadas para adequar o exercício do machismo e da masculinidade na sociedade.

O machismo e a masculinidade firmados e legitimados pelo sistema patriarcal se perpetuam até os dias atuais, uma vez que a ideologia assumida pela sociedade reconhece esses comportamentos como verdadeiros e naturais.

O machismo e a masculinidade hegemônica, descendentes do sistema patriarcal, têm deixado como sequelas, homens enfermos, enfraquecidos e confusos em decorrência dessas posturas comportamentais. A necessidade de o homem se apresentar com amargura e rigidez advêm de uma masculinidade endurecida, fria e que nega o afeto. Esses comportamentos que, muitas vezes o homem não se identifica, mas é obrigado a seguir o modelo ditado pela

organização patriarcal para garantir sua virilidade e honra na sociedade.

Para Cunha (2007), o drama da violência, especialmente aquela praticada no âmbito das relações afetivas, atravessa todas as sociedades ocidentais. O número de mulheres que se queixam de maus-tratos tem sido cada vez maior, embora nem todas tenham coragem de denunciar as violências que sofrem. Na maior parte dos casos, esses maus-tratos são silenciados, escondidos no espaço das relações familiares por medo ou vergonha e por ter sido trabalhada a ideia de que "roupa suja se lava em casa" e, ainda, por considerar que os conflitos entre casais são assuntos privados, devendo permanecer restritos ao ambiente doméstico.

Nos dias atuais, a despeito da conquista de muitos direitos, a situação de grande parte das mulheres ainda é vista como inferior e frágil em oposição ao poder do homem que faz com que este tenha o controle sobre diferentes aspectos na vida de suas parceiras, vez que possuem o poder de decisão sobre trabalho, estudo, socialização, participação na comunidade, ou mesmo sair de casa. A prática de violência doméstica contra as mulheres é uma das justificativas do conceito de machismo visto que a doutrina machista considera essas ações apropriadas e justificadas.

Dessa forma, a violência doméstica, fruto do machismo proveniente da ordem patriarcal se mantém viva na memória herdada pelos grupos e reverbera na base das relações sociais, isto é, na divisão das tarefas domésticas, nas relações de trabalho, na educação, na política e nos comportamentos de homens e mulheres. O machismo não escolhe classe social, instrução educacional, idade, cor, identidade sexual, ou gênero, ele está presente em toda a sociedade e se manifesta de forma simbólica ou se materializa em agressões e violências pelos motivos mais diversos.

Assim, refletir e lutar pela igualdade de gênero e pela dissolução das hierarquias originadas pelo patriarcado significa adotar um comportamento masculino mais humano, aberto, sensível e afetuoso, caminho para a construção de uma nova concepção de masculinidade e identidade do homem.

Considerações Finais

Estudar sobre o feminino, suas conquistas sociais e os movimentos emancipatórios é tão importante quanto refletir e discutir sobre o machismo e a

masculinidade. Pensar nos impactos que esses comportamentos e ideologias provocam na formação da identidade masculina é buscar entender, antes de tudo, qual é a senhoria que a cultura patriarcal detém, ainda na contemporaneidade, sobre o que é ser homem.

A ordem patriarcal nos deixou como herança, resultados drásticos no meio social. No que tange às mulheres, elas enfrentam, mesmo nos dias atuais, sérios preconceitos e discriminações quanto à sua capacidade, seja no campo do trabalho, seja na política e múltiplas formas de violência de gênero. Quanto aos homens, persiste uma masculinidade endurecida pelo machismo que nega o afeto, homens que violentam suas parceiras pelos padrões e regras preestabelecidos desde a infância, e que, ainda hoje, moldam a construção da sua identidade. Os pilares da construção da identidade masculina são moldados por comportamentais e normas impostas pela memória social, que reproduzem essas (in) verdades fincadas pela ordem patriarcal que construiu o machismo.

A importância desse debate social sobre a influência do patriarcado na formação da masculinidade e sobre a identidade do homem é revelada na contemplação do lugar que ele ocupa na sociedade, que lhe outorga a prerrogativa de tratar a mulher como inferior e exigir dela submissão e obediência às suas ordens. O combate à masculinidade hegemônica que reforça o machismo é a primeira tentativa de ressignificação do que é ser homem.

A apresentação de outras realidades de masculinidades, não julgadas como subalternas, fracas e deficientes possibilitam o rompimento desse lugar opressor e dominador que ao homem é destinado. A subjetividade das narrativas deve prevalecer, ou seja, aos homens deve ser possibilitada a reconstrução dos seus discursos para que repensem seus comportamentos como uma forma de abertura de diálogo entre homens e mulheres na luta contra as desigualdades de gênero vivenciadas na sociedade.

Referências

AQUINO DE SOUZA, C.A. Desigualdade de Gênero no Pensamento de Rousseau. **Revista Novos Estudos Jurídicos** – Eletrônica, vol. 20- nº1. jan-abr, 2015.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

CASTELLS, Manuel, **O poder da Identidade**. V 2 da trilogia A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUNHA, Tânia R. A. **O Preço do Silêncio**: mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

DAUDOUN, Roger. **A violência: ensaio acerca do "homo violens"**. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

ENGELS, F. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S. A. 1979.

MACHISMO. DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7 Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/machismo/>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mitos e realidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

_____, Rearticulando gênero e classe social. COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____, **Gênero, patriarcado e violência**. 2. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2004.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, vol. 2, 2001, p.406-482.